

# Desencontros barram plano de entendimento

BRASÍLIA — A primeira semana de discussão no Congresso sobre a proposta de entendimento do presidente Fernando Collor teve mais desencontros que acertos. O Fórum de Entendimento Nacional trocou o nome para Fórum Nacional de Debates e recebeu mais críticas que sugestões consensuais. "É o Congresso dentro do Congresso", reclamou o deputado Luís Eduardo Magalhães (PFL-BA).

O presidente Collor gostaria que as discussões fossem pautadas pelo Projeto de Reconstrução Nacional, o "Projetão". O PT concorda com as mudanças desde que o entendimento discuta novamente reforma agrária, reforma urbana e mudanças nas relações trabalhistas. A idéia não encontra apoio nem entre aliados do partido na campanha presidencial. "O PT quer refazer a Constituição", reclama o deputado José Carlos Sabóia (PSB-MA). "Com isso, a esquerda corre o risco de perder o que conquistou em 1988."

O PSB aceita um entendimento nacional, desde que a primeira discussão seja a adoção de uma política anti-recessiva. O PMDB concorda com o debate, mas quer iniciar a discussão pela política salarial. O PSD aceita o entendimento com uma única condição. "Se todo mundo quiser, a gente vai", afirma o deputado Jaime Santana (PSDB-MA).

Na maioria dos partidos, o entendimento começou a passos lentos, mas no PDT ele veio de táxi. Na quarta-feira, a oposição perdeu por apenas cinco votos a chance de limitar os poderes presidenciais na edição de medidas provisórias. Contribuiu para isso a ausência de sete deputados do partido de Leonel Brizola, entre eles o próprio líder, Vivaldo Barbosa (RJ) que, segundo afirmou, não achou táxi para chegar ao Congresso na hora da votação. Por causa do incidente, Vivaldo acabou colocando seu cargo à disposição de Brizola, na sexta-feira.

Pelo erro das oposições ou pelo acerto das negociações, Collor já conseguiu aprovar 160 leis no Congresso em apenas um ano, incluindo as medidas provisórias. O sucesso dessa contabilidade é creditada pelo líder do governo, Humberto Souto (PFL-MG) às negociações caso a caso, uma alternativa para o governo caso o entendimento tocado pelo Congresso venha a fracassar. O "Projetão" pode ser esquartejado em vários projetinhos. "O governo não tem um partido grande e sabe que sua base parlamentar é pequena", explica Souto. Algumas das sugestões do Planalto, como a de criação do imposto sobre grandes fortunas, já existem na forma de projeto de lei originário do Congresso. Outras devem ser apresentadas pelo governo dentro de poucos dias. (L.S.).

Na maioria dos partidos, o en-